## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2021

(Do Sr. Deputado Leo de Brito)

Solicita informações ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República sobre a "demanda urgente" solicitada pelo Presidente Jair Bolsonaro à Agência Nacional de Inteligência – ABIN visando a coleta de dados com potencial comprometedor para adversários de Bolsonaro na CPI da Covid.

## Sr. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e arts. 115 e 116 no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), sejam solicitadas informações ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República sobre a "demanda urgente" solicitada pelo Presidente Jair Bolsonaro à Agência Nacional de Inteligência – ABIN visando a coleta de dados com potencial comprometedor para adversários de Bolsonaro na CPI da Covid.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Em 07 de maio de 2021, o jornal UOL¹ divulgou que a pedido do presidente Jair Bolsonaro, a Abin enviou a agentes de inteligência de todo o país uma "demanda urgente" visando a coleta de dados com potencial comprometedor para adversários de Bolsonaro na CPI da Covid. A mensagem, enviada por Whatspp, foi revelada hoje pela revista Crusoé.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> https://noticias.uol.com.br/colunas/thais-oyama/2021/05/07/governo-dira-que-acao-da-abin-foi-legal-heleno-se-convocado-tende-a-ir.htm





Segundo a matéria, o governo reagirá à notícia dizendo que a

medida foi uma "ação legal e prevista nas atribuições da agência"

A Abin (Agência Brasileira de Inteligência) é responsável por

fornecer ao presidente da República, e também aos seus ministros,

"informações e análises estratégicas, oportunas e confiáveis, necessárias ao

processo de decisão".

Assim, o governo classificará de "política" qualquer crítica à

requisição de dados feita pela agência. E chamará atenção para o fato de a

mensagem da Abin ter deixado claro que as informações solicitadas

("irregularidades relacionadas à pandemia", em "âmbito estadual e municipal")

deveriam ser colhidas em "fontes abertas", ou seja, públicas e não sigilosas.

Por todo o exposto, tendo em vista que tal pedido do Presidente foge

às atribuições da ABIN, faz-se necessário a busca de mais informações ao

Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República sobre qual o

tipo de pedido perfaz a "demanda urgente" solicitada pelo Presidente Jair

Bolsonaro à referida agência.

Plenário, 10 de maio de 2021.

Dep. Leo de Brito PT/AC

